

## Segurança e Política

\*Carlos Alberto da Costa Gomes

Falar sobre segurança aciona as lembranças das notícias de crimes que nos assustam ou dos crimes nos quais parentes, amigos ou conhecidos foram vítimas. É um assunto difícil, um daqueles “nós cegos” que a sociedade baiana terá de enfrentar e que passou a fazer parte das campanhas políticas. Sinal claro de sua importância nos dias atuais. Isso deveria ser bom para a sociedade.

José Honório Rodrigues, na sua obra clássica - Conciliação e Reforma no Brasil - lá em 1964, demonstra, através do estudo da questão servil (protelação da abolição da escravidão), que durou mais de meio século, que as questões realmente importantes para a sociedade têm sua solução adiada como trunfo para novas eleições. As propostas de solução dos que então foram eleitos mostraram-se pírias e conciliadoras. São exemplos: a Lei que proibia o tráfico de escravos entre províncias, a Lei do Sexagenário e a Lei do Ventre Livre. Palavras bonitas sem outros efeitos práticos que fazer de conta que se resolvia, empurrar com a barriga e, o principal, angariar votos. Assim fixaram as raízes de nossa prática política.

Para a população em geral, não é possível conviver com um problema sem que se busque uma solução. Qualquer situação difícil que surja na vida de uma família não pode ser ignorada, nem se fazer de conta que desapareceu, tem de ser resolvida. O vale transportado roubado, os parques trocados que são tomados por assaltantes, ou o carro, o pagamento, o assassinato não podem ser empurrados com a barriga. Uma mãe ou pai não pode fingir que existe comida na mesa quando não há ou que a doença de um filho sumiu enquanto a criança passa mal. Também não se aceita a imprevidência como explicação. Os pais não podem alegar desconhecer a possibilidade de seu filho ser atropelado por estar no meio de uma rua movimentada ou que poderá se perder em uma praia lotada. Não seriam considerados humanos no mundo real dos que andam a pé, de ônibus ou de carro, onde as soluções têm de ser buscadas.

Coincidindo com o que qualquer cidadão já pensou ou apontou como caminho para diminuir a insegurança em nossa Bahia, estudos sérios no Brasil e no exterior indicaram a necessidade de: centros de tratamento de drogados, de escolas melhores, de policiamento comunitário, requalificação urbana, integração das ações das Secretarias de Assistência Social, de Saúde e Segurança, aumento do efetivo policial, aporte de tecnologia, estabelecimento de mecanismos de controle interno rigoroso, etc. Nenhuma autoridade pode negar desconhecimento. Muitas sugestões foram apresentadas, entre elas as do Observatório de Segurança Pública da Bahia.

Por três anos optou-se por ignorar o problema, mesmo diante das imagens apresentadas em rede nacional de televisão, se negou a existência na cidade de territórios dominados pelo tráfico de drogas. Compraram-se viaturas que tinham de ser compradas, fizeram concursos que tinham de ser realizados e alardeou-se isso como solução. Porque não foram empregados, uma montanha de recursos foi devolvida à Secretaria Nacional de Segurança Pública (algo como quarenta milhões).

Além de publicar parcialmente as estatísticas, de fato, nada de sério foi feito. Criou-se o ambiente para prosperar o corporativismo danoso resultante da falta de esperança dos que são condenados a trabalhar sem objetivo. Falta pouco para se fazer a sociedade refém de anseios justos de funcionários frustrados. A alienação da realidade é sintoma clássico. A rede de proteção à mulher foi ignorada em uma entrevista em que autoridades da área afirmam que resolvem tudo em 48 horas. Faltou dizer aonde.

A propaganda eleitoral governamental antecipada, que por si só já é um crime, agora está “resolvendo” a questão da segurança pública. Espertalhões que ignoravam o problema da insegurança, fazendo de conta que não existia, agora, de olho nas próximas

eleições, tentam fazer o que deveriam estar fazendo desde quando ganharam a última. Justamente por estar sendo feito atabalhoadamente talvez não atinja o objetivo. Será que não poderia ter sido feito antes? Foi alienação? Imprevidência? Incompetência? Ou é propaganda?

Coordenador do Observatório de Segurança Pública da Bahia.  
[carlos.gomes@unifacs.br](mailto:carlos.gomes@unifacs.br)

Matéria publicada em 01/02/2010, no jornal Atarde.